



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

17/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Trabalhador que antecipou saque-aniversário terá acesso ao FGTS quando for demitido, diz Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), disse nesta quinta-feira (16) que trabalhadores que tiverem antecipado o saque-aniversário também poderão sacar o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) se forem demitidos.

"O que nós vamos imediatamente (fazer) é tirar o trabalhador da armadilha, em que um demitido não pode sacar o seu fundo", disse o ministro em entrevista ao SBT News.

Marinho afirmou que o tema será decidido em março, mas que a ideia é facilitar que uma pessoa desempregada não fique desamparada e possa sacar o saldo a que tem direito mesmo se tiver feito a opção pelo saque-aniversário.

O saque-aniversário foi criado em 2019, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), e permite que o trabalhador retire, uma vez por ano, um percentual de seu saldo, mais uma parcela adicional (o valor varia de acordo com o saldo na conta do FGTS).

A adesão é voluntária, mas aqueles que optam pelo saque-aniversário deixam de ter o direito de retirar todo o saldo do FGTS se forem demitidos pelo empregador sem justa causa. Apenas a multa de 40% é mantida.

Atualmente, é possível antecipar o valor dos saques-aniversário, usando o fundo como garantia da operação de crédito. Funciona como um empréstimo, em que o trabalhador recebe todo o montante contratado de uma só vez e paga juros ao banco.

Marinho citou exemplo de uma contratação de um empréstimo de R\$ 22 mil. Mesmo que o trabalhador tenha R\$ 50 mil de saldo do FGTS, todo o valor fica bloqueado como garantia da operação financeira.

"Na minha percepção, os bancos estão tomando o Fundo de Garantia dos trabalhadores e cobrando juros", disse. "Por que nós vamos ficar retendo o dinheiro desse trabalhador, dessa trabalhadora? O que nós estamos fazendo hoje é crueldade que o governo anterior fez, para ser uma armadilha na mão dos bancos."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de fevereiro.

Lula anuncia salário mínimo de R\$ 1.320 e isenção do Imposto de Renda de R\$ 2.640

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou nesta quinta-feira (16) que o valor do salário mínimo passará dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 e que a isenção do Imposto de Renda será concedida a quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640).

"É um compromisso meu com o povo brasileiro, que vamos acertar com o movimento sindical [...]. A gente vai em maio reajustar para R\$ 1.320 e estabelecer uma nova regra para o salário mínimo, que a gente já tinha no meu primeiro mandato", afirmou em entrevista à CNN.

Lula confirmou que a isenção do Imposto de Renda vai ser elevada para todos que ganharem até dois salários mínimos e disse que em algum momento, gradativamente, ela chegará a R\$ 5.000 —uma promessa de campanha do mandatário.

A elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5.000 pode custar mais de R\$ 100 bilhões, o que complica a tarefa para a equipe de Haddad —inclusive para desenhar medidas compensatórias a fim de evitar um buraco tão grande nas contas públicas.

O presidente já chegou a afirmar que briga sobre o tema com economistas do PT por causa do tamanho da perda de receitas. "Ora, então vamos mudar a lógica. Diminuir para o pobre e aumentar para o rico", afirmou o petista no meio de janeiro, em evento no Palácio do Planalto com sindicalistas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de fevereiro.

Precisamos do máximo de investidores para a universalização do saneamento, diz Jader Filho

O ministro Jader Filho (Cidades) defendeu uma mescla entre investimento público e privado para atingir, até 2033, a meta de universalização do serviço —ou seja, fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

"O importante é você ter investimento. Não interessa da onde ele vem, e que a gente possa ter a universalização [do saneamento do país]. Ninguém sozinho nesse processo vai dar conta de fazer isso. Precisamos do máximo de pessoas, de atores que queiram investir no saneamento. E tem que dar oportunidade a eles, sejam estatais ou setor privado", disse o ministro à Folha.

O governo tem estudado mudanças no novo marco legal do saneamento.

Uma das ideias do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como a Folha mostrou, é ampliar a presença de parcerias público-privadas (PPPs) em contratos de saneamento.

Jader Filho e outros integrantes do Executivo estão em conversas com entidades do setor, como a Abcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), a Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento) e a Assemae (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento).

"O que o presidente Lula tem nos recomendado é a questão do investimento. Então você precisa dar para a iniciativa privada previsibilidade, mas você também tem que dar liberdade para o setor público também fazer os investimentos", afirmou o ministro das Cidades.

Em 2020, Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei para que a iniciativa privada tenha mais abertura para atuar na área de saneamento básico, um dos maiores gargalos do país.

Além de estimular a participação de empresas privadas, a legislação definiu 2033 como meta para a sua universalização.

O ponto central do novo marco legal foi o contrato de programa, nome dado a contratos firmados diretamente entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto —sem licitação.

Na época, eram raros os casos de prefeituras que já tinham aberto esse setor para a iniciativa privada.

O governo quer rever pontos da regulamentação do novo marco do saneamento e discute isso com representantes do setor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de fevereiro.

IBC-Br aponta expansão do PIB de 2,9% em 2022, mas 4º tri fecha com queda

A atividade econômica do Brasil encolheu no quarto trimestre do ano passado, mas ainda assim fechou 2022 com crescimento, mostraram dados do Banco Central nesta quinta-feira (16), indicando esgotamento do impacto positivo da reabertura pós-Covid e perda de força nos últimos meses sob a pressão de juros elevados e com um cenário global de desaceleração.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC), considerado um sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto), apontou expansão de 2,9% em 2022, em números observados.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgará em 2 de março os números oficiais do PIB em 2022. Em 2021, o PIB brasileiro cresceu 5,0%, recuperando-se do baque provocado pela pandemia de Covid-19.

O Banco Central projetou em dezembro uma expansão de 1,0% do PIB em 2023, depois de um crescimento estimado em 2,9% em 2022. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva deve apresentar suas primeiras estimativas para a atividade em março.

Em dezembro, o IBC-Br apresentou crescimento de 0,29% em relação a novembro em dado dessazonalizado, interrompendo quatro taxas negativas seguida na base mensal, em um resultado melhor do que a expectativa em

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 17 de fevereiro.